

Por isso que o planejamento estratégico serve ainda como ferramenta de diagnóstico, por compatibilizar as dificuldades de coordenar-se o tempo político com o tempo da sociedade.

Como plano de trabalho se propõem dois campos de atuação. Por um lado, a cooperação entre as cidades para o intercâmbio e a transferência de experiências, não apenas tendo em conta os êxitos senão também os fracassos. No outro aspecto, um esforço pelo aperfeiçoamento metodológico dos planos estratégicos, visando um horizonte de médio a longo prazo.

Com respeito as propostas e ao cronograma das próximas atividades sugere-se a continuação seguinte:

- Desde a UTPE idealizar instrumentos de alcance institucional que permitam superar os meros planos de gestão conjuntural.
- Constituir um banco de dados a cerca das situações de desigualdades sócio econômicas e dos equilíbrios gerenciais em nossas cidades e divulgar periodicamente essas informações.
- Organizar reuniões e teleconferências sobre a temática do planejamento estratégico que permitam a plena participação das cidades da rede.
- Dentro da proposta de coleccionar os indicadores básicos dos governos locais, organiza-los com vistas ao propósito dos “Objetivos do Milênio” estabelecidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.
- Construção de página Web da UFTE:
 - Possibilidade de estabelecer um foro virtual da UTPE na página das mercocidades.
 - Banco de recomendações práticas (êxitos e fracassos em experiências de Planejamento Estratégico).
 - Banco de recomendações bibliográficas (biblioteca virtual).
 - Estabelecer links com Planos Estratégicos de cada governo local.
 - Editar uma News Letters da UTPE

Juarez Vaconcelos Torronteguy
Vice-Prefeito Municipal do Rio Grande

Assim mesmo, obriga-nos incorporar as dimensões territorial, econômica e ambiental, além das políticas sociais e culturais, nos objetivos do Planejamento Estratégico.

Reconhece-se que o Planejamento Estratégico não é apenas um plano de gestão municipal. Mas muito além, por conviver com numerosas contradições entre planificação estratégica e gestão estratégica, entre o plano como processo e plano como produto, a um só tempo.

Durante muitos anos, suscitaram-se problemas por incorporar, sem reservas, paradigmas alheios a nossas realidades. Nesse ponto, a planificação constitui-se um processo permanente e dispõe de elementos tangíveis e outros intangíveis, entre ocorrências do setor público e do mundo privado. Todavia, coincide com um enfoque prospectivo que permite visualizar distintos cenários para a tomada de decisões.

Distingue-se a planificação estratégica da planificação de governo, por um horizonte no geral mais a longo prazo, por pensar em políticas de estado e não de mera gestão, por permitir a construção de cenários distintos, mudanças organizacionais e culturais.

De qualquer forma, um dos elementos-chave a pensar é na circulação e disponibilidade das informações, na relação mais direta do setor público com a sociedade local, o que se pode dar através do que se conhece como governança eletrônica. A possibilidade de qualquer pessoa ou organização visitar a planificação estratégica local. Outra é o monitoramento técnico do que foi planejado, vinculando-o a sua reformulação e atualização permanentes.

Deve ser registrada a preocupação com a descontinuidade dos planos estratégicos, em vista das mudanças de gestão. Portanto, seria interessante buscar desde a Unidade Temática um arranjo institucional sólido e a articulação das equipes técnicas, que permitissem aprofundar e institucionalizar o processo.

Voltando a necessidade de redefinição permanente do planejamento estratégico, surgem os inevitáveis questionamentos a respeito da descentralização e da participação, uma vez que não havendo sucesso do setor privado, seus representantes se desligam das responsabilidades e as culpas recaem sobre o setor público.

Espera-se que a gestão do cotidiano da cidade se traduza também na concretização de intercâmbios econômicos e comerciais equitativos, e que os mesmos se irradiem no plano social e cultural.

Nesse aspecto, aponta-se necessariamente em direção a estratégias e ações de resultado, que ajudem a fortalecer e consolidar essa brilhante oportunidade que temos, de articular nossas utopias e experiências desde o governo local.

PLANO DE TRABALHO COLETIVO

Das experiências já armazenadas em nossa Unidade Temática e dentro da perspectiva de nossa Rede, o Planejamento Estratégico revela-se elemento indispensável e afirmativo na consideração das cidades como protagonistas principais na construção de um modelo alternativo de desenvolvimento local no âmbito do Mercosul.

Por isso, mostra-se positivo em todos os sentidos a continuação do propósito da Unidade Temática, ou seja, a convocação para discussão e redação de documentos sobre a distribuição da renda e da riqueza em nossas cidades e como o Planejamento Estratégico pode melhorar esse aspecto.

Na consideração do Planejamento Estratégico, ressalta-se a necessidade de concebê-lo desde um ponto de vista integral e integrador, priorizando o seu conteúdo político, no sentido amplo da palavra, e não apenas como elemento de gestão estratégica.

Na verdade, o Planejamento Estratégico é considerado como uma ferramenta não só de gestão, senão essencialmente política-administrativa, como uma nova maneira de conceber e construir a cidade.

Não se desconsidere a necessidade de também incorporar ao Planejamento Estratégico a visão prospectiva que coincida com o objetivo da planificação, como instrumento no qual convivam a gestão propriamente dita e o pensamento estratégico.

Pois, a planificação estratégica considera-se como uma espécie de convergência de um conjunto de planificações setoriais. Nesse sentido, é necessário resolver as tensões que se apresentam entre o pensamento estratégico e a gestão da conjuntura.

- ✍ da transversalidade dos impactos;
- ✍ da intercorrência dos agentes.

Estamos convencidos de que a cidade deve responder a cinco tipos de desafios: nova base econômica, infraestrutura urbana, qualidade de vida, integração social e governabilidade. A resposta a estes desafios requer um projeto de cidade.

A cidade então, deve ser entendida não somente como território que concentra um importante grupamento humano e uma grande diversidade de atividades, mas também como um espaço simbiótico (poder político-sociedade civil) e simbólico (que integra culturalmente e dá identidade coletiva a seus habitantes).

Talvez seja necessário atuar antecipadamente em relação ao desejado e ao possível, para o qual devemos perguntar-nos: Como conceber um Plano Estratégico com metas a médio e longo prazo em uma escala macro, quando certas necessidades de curto prazo se encontram insatisfeitas ou se apresentam difíceis de cumprir?

A resposta surgirá a partir de exposições e debates, sobre as diversas experiências em marcha e de algumas linhas principais que consideramos chave para elaboração e concretização de um plano de desenvolvimento:

A partir do estudo e análise destes temas, devemos começar por indagar as grandes questões que demoram ou potencializam a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento local, para o qual devemos revisar a inserção da cidade na região.

Continuando em outro aspecto básico e referente ao desenvolvimento articulado, consideramos que a planificação estratégica é uma nova forma de governar as aglomerações urbanas, em um clima de consenso e de participação coletiva. O estudo regional é fundamental e gerador de um pacto entre os agentes econômicos e sociais para a governabilidade da cidade e região com visão de futuro, comprometendo a participação dos cidadãos, as instituições e os diferentes agentes que têm incidência na vida cidadã e que serão os principais atores e beneficiários do processo de planificação.

Sobre esta base, à volta de um verdadeiro progresso articulado e potencializando, os recursos materiais e humanos disponíveis, apostamos na geração de novas e maiores oportunidades para a melhoria da qualidade de vida de nossos concidadãos.

REDE MERCOCIDADES
UNIDADE TEMÁTICA PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
REFLEXÃO SINGULAR DA CIDADE

Nos encontramos transitando numa época de profundas mudanças. A revalorização do papel das cidades como atores políticos e econômicos, já não é mais uma tendência senão uma realidade. O processo de democratização e descentralização do estado busca estimular grandes projetos de cidades, gerando uma participação ativa dos cidadãos para sua elaboração.

Estamos frente à uma nova maneira de governar as cidades, que devem ser percebidas antes de tudo com uma visão global e como um espaço vivo num processo de modificações permanentes.

O planejamento estratégico é uma ferramenta de concepção, que permite a formulação dinâmica de um plano de futuro para a cidade e a região, porém, também é a ligação com um horizonte de esperança, partindo de nossas próprias potencialidades.

É um momento solene de consertação que transcende os governos para transformar-se em um instrumento fundamental de progresso local e regional, cujo objetivo final é melhorar a qualidade de vida dos habitantes que devem ser os atores principais no seu processo de elaboração.

É necessário gerar um compromisso de todos, para lograr um intercâmbio que permita realizar um diagnóstico e obter uma planificação realista e de possível concretização das propostas, incluindo aí uma verdadeira hierarquização das ações e projetos.

A proposta de trabalho baseia-se nos seguintes aspectos:

I - a definição das grandes linhas para elaboração e concretização do planejamento estratégico, a partir de três eixos fundamentais:

- ✍ o econômico - produtivo;
- ✍ o urbano - ambiental;
- ✍ o sócio - cultural.

II - a vinculação dos mesmos entre si para potencializar a conformação da cidade e a integração dos planos desde a ótica:

- ✍ da regionalização censitária;